

Equivalência das competências nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, em proteção e Defesa Civil



10.56238/sevedi76016-003

Alexandre Luís Belchior dos Santos

Doutor

Instituição de atuação atual: Universidade federal Fluminense – UFF

Mestrado em Defesa e Segurança Civil - Rua Tiradentes, 17 – Ingá – Faculdade de Direito II – Anexo 2º andar conjunto 26 – CEP 24210-510 – Niterói, RJ – Brasil
E-mail: abelchior@id.uff.br

Márcia Motta Pimenta Velloso

Doutor

Universidade federal Fluminense – UFF

Mestrado em Defesa e Segurança Civil - Rua Tiradentes, 17 – Ingá – Faculdade de Direito II – Anexo 2º andar conjunto 26 – CEP 24210-510 – Niterói, RJ – Brasil
E-mail: marciavelloso@id.uff.br

Isabela Oliveira Moreira

Mestranda em Estudos de Teatro

Universidade de Letras de Lisboa - Portugal

Alameda da Universidade 1600 – 214 – Lisboa - Portugal
E-mail: Isa.oli.prod@gmail.com

Michelle Aparecida Estruc Verbicario dos Santos

Especialista

Universidade federal Fluminense – UFF

Mestrado em Defesa e Segurança Civil - Rua Tiradentes, 17 – Ingá – Faculdade de Direito II – Anexo 2º andar conjunto 26 – CEP 24210-510 – Niterói, RJ – Brasil
E-mail: estruc88@gmail.com

Thais D'Assumpção Castro

Bacharel em Química Industrial

Universidade federal Fluminense – UFF

Mestrado em Defesa e Segurança Civil - Rua Tiradentes, 17 – Ingá – Faculdade de Direito II – Anexo 2º andar conjunto 26 – CEP 24210-510 – Niterói, RJ – Brasil
E-mail: thaiscastro@id.uff.br

RESUMO

Este artigo avalia a efetividade e o desempenho do processo de ensino e aprendizagem, utilizando a metodologia de educação por competências, na formação de profissionais, junto aos programas de pós-graduação *stricto sensu*, que abordam o tema proteção e defesa civil no Brasil. E buscou-se através de uma pesquisa bibliográfica e documental, literaturas e legislações que abordam a teoria curricular, direcionada à educação profissional, identificando as competências no ensino superior, nas especializações e no *stricto sensu*. Devido ao interesse

pela noção de competência, procurou-se incluir nesta visão o campo profissional relacionado à segurança pública, voltado à formação de gestores e agentes que trabalham a proteção e defesa civil, tendo como base a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) brasileira dentro de um contexto mundial. Portanto, para a determinação de desempenho foram desenvolvidas análises dos programas propostos por quatro universidades federais brasileiras e a comparação entre as competências identificadas, exigidas aos seus discentes, com as competências propostas pela PNPDEC. Desenvolveu-se um método que pode ser aplicado a outros setores e a outros cursos com diferentes enfoques.

Palavras-chave: Educação por competências, Educação Superior, Pós-graduação *stricto sensu*, Proteção e defesa civil.

ABSTRACT

This paper evaluates the effectiveness and performance of the teaching and learning process, using the competency-based education methodology. It focuses on the training of professionals at *stricto sensu* graduate programs, which address civil defense and protection in Brazil. It was sought, through bibliographical and documental research, literatures and legislation that approach the curricular theory directed to professionals of Education. The research does it by identifying the competences in higher education, in specializations and in the *stricto sensu*. Due to the interest in the concept of competence and based on the National Policy for Civil Protection and Defense (PNPDEC) in a global context, we sought to include in this vision the professional field related to public security, aimed at training managers and agents who work in civil defense and protection. Therefore, for the determination of performance, were developed analysis of the programs proposed by four Brazilian federal universities, comparing the identified competences required to their students, with the competences proposed by PNPDEC. The method developed can also be applied to other sectors and to other courses with different approaches.

Keywords:

Competency-based education; College education; *Stricto sensu* post-graduation; Civil defense and protection.

PREÂMBULO

As atividades e ações relacionadas à defesa civil na história mundial geralmente são realizadas por bombeiros militares ou outros profissionais de áreas diversas, segundo a ordenação legal do respectivo Estado.

Não diferente é no Brasil aonde além dos bombeiros militares profissionais de áreas diversas também vêm exercendo a proteção, a defesa e a segurança civil, sejam como agentes públicos, profissionais da iniciativa privada ou pessoas da sociedade civil, contratadas ou voluntárias, que passaram a exercer o que se denomina a proteção e defesa civil.

A necessidade de se estabelecer academicamente um *curriculum* de pós graduação *stricto sensu*, adequado e destinado aos envolvidos na carreira de proteção e defesa civil, voltado à gestão das ações de forma mais qualificada, levou, não só à criação de cursos dessa natureza, mas sobretudo para à inserção, no contexto nacional brasileiro, da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), a qual apontava para à necessidade da especialização profissional, vista como uma regra, pelos estudiosos da teoria curricular, denominada como competências.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

Quais as competências relevantes identificadas para que profissionais que atuam na área de proteção e defesa civil no Brasil, possam gerir ações e atividades, com qualidade excelente?

1.2 OBJETIVO

Examinar os pressupostos relacionados às pós-graduações *stricto sensu*, identificando, segundo a PNPDEC, aquelas propostas nos programas existentes no Brasil, no recorte temporal de 2005 a 2020.

2 INTRODUÇÃO

Na Europa, falava-se em competências gerais, vistas de três formas: competências instrumentais, interpessoais e sistêmicas, as quais propiciavam a construção de saberes, para a identificação das qualificações desenvolvidas e que permitissem aos alunos a reapropriação do percurso de sua formação (KUZUYABU, 2018).

Muitos são os critérios que servirão de parâmetros de análise para identificação de competências e sua parametrização, de acordo com estratégias preconizadas, voltadas a processos de formação de pessoas. De modo que os profissionais formados e pós graduados, poderão responder a enfoques e perspectivas teóricas e concretas de modo satisfatório, ao adquirirem conhecimentos sobre múltiplas áreas, cujas competências deverão voltar-se à atuação em proteção e defesa civil, tendo como base os critérios, segundo Mastache (2007, ap.82-87), a saber: reprodução de situações reais; significatividade social e subjetiva; articulação teórico-prática; consideração das incertezas, ambiguidades e contradições; integração

disciplinar; diversidade de paradigmas científicos; e integração de capacidades (BELCHIOR SANTOS, 2021).

Vargas (2015, p.84) apresenta uma classificação de competências, analisando os campos profissional, afetivo e cognitivo, dividindo-as em “competências técnicas; emocionais ou afetivas; e racionais ou intelectuais”.

As pós-graduações são especializações profissionais, de forma que a educação continuada é vista como o setor de maior crescimento para o futuro, pois muitos terão que voltar a aprender para usufruir os benefícios dos pontos fortes e das competências exigidas no mundo contemporâneo competitivo (CURRY, 2006).

O ensino por competências ou também conhecido como “aprendizagem por competências” surgiu em oposição à metodologia tradicional de ensino por disciplinas, buscando interligar “todas as áreas do saber” REDAÇÃO (2018).

O ensino por competências julga “em favor do foco: em vez de enfatizar a teoria”, mesclando “conhecimentos, motivações, valores, recursos, atitudes e habilidades para realizar ações mais eficazes”; no sentido de mostrar que a prática laboral e o conceito teórico podem caminhar juntos no processo de ensino e aprendizagem, tendo como principal vantagem o fim das disciplinas desconexas” REDAÇÃO (2018).

Portanto, no processo de ensino e aprendizagem a competência profissional, independente do nível ou segmento da educação, é um conceito em construção, interdisciplinar e diferenciado e por isso é diferente de qualificação, que se entende estático e como uma titulação (PAIVA e MELO, 2008).

3 COMPETÊNCIAS NAS PÓS-GRADUAÇÕES *STRICTO SENSU*

A pós-graduação brasileira foi implantada pelo Parecer nº 977 de 02 de dezembro de 1965, do Conselho Federal de Educação e, se fundamenta em três pilares: “a formação docente ao ensino superior; a preparação de pesquisadores; e ao treinamento de profissionais para a necessidade de desenvolvimento do Brasil em setores diversificados” (BRASIL, 1965).

As competências que devem ser adquiridas na Academia dividem-se em três grupos e são: “competências comportamentais, de origem norte-americana; as funcionalistas de origem inglesa; e as construtivistas de origem francesa”, cuja conceituação agrega as ideias de motivação com interação com o ambiente e características de personalidade (JUNIOR, 2012, p. 326-330).

O ensino *stricto sensu*, sejam mestrados ou doutorados, tem o objetivo de formar profissionais com “competências elevadas”, que podem se traduzir como sendo “um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes no mercado de trabalho” (VARGAS et al, 2015, p.83).

Não diferentes deverão ser os especialistas em proteção e defesa civil, que para análise das competências essenciais à sua área de atuação, serão analisados os programas *stricto sensu* de formação de especialistas em proteção e defesa civil no Brasil, interpretando-os nas suas abordagens instrumentais,

interpessoais e sistêmicas, segundo os diversos autores estudados por Belchior Santos (2021), na identificação e avaliação das competências que serão elencadas.

Este artigo restringe-se aos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, que envolvem a proteção defesa civil brasileira, num envolvimento sinérgico entre docentes e discentes, nas especializações desenvolvidas nos programas de mestrado e/ou doutorado; onde o perfil e a formação dos egressos estarão pautados em parâmetros que direcionem a aquisição de competências essenciais adequadas, qualificando-os em alto nível na busca da excelência no exercício profissional.

4 METODOLOGIA

Procedeu-se a uma pesquisa qualitativa com o objetivo de entender como que os egressos dos cursos de pós-graduações *stricto sensu*, existentes no Brasil, relacionados à proteção e defesa civil no período de 2005 a 2020, adquiriram competências para o exercício de suas atividades laborais, tendo como base a tese de doutorado elaborada segundo Belchior Santos (2021).

Procurou-se identificar as competências propostas nos programas, adquiridas e produzidas pelos discentes; bem como as competências exigidas na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), que foram inseridas totalmente ou parcialmente junto aos programas analisados.

O estudo realizou-se junto a uma a área da administração de crises, enquanto na formação de gestores e agentes de alto nível. Tendo como público alvo os egressos formados nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, que defenderam seus trabalhos de conclusão de curso (TCC).

Sendo assim, desenvolveu-se, segundo Marconi (2013), Knechtel (2014) e Creswell (2007), uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo documental, bibliográfica e descritiva da realidade social, envolvendo os programas das pós-graduações *stricto sensu*, relativas às ações de proteção e defesa civil existentes no Brasil, buscando o aprofundamento na observação das competências essenciais que os discentes universitários em proteção e defesa civil adquiriram durante os cursos, bem como aquelas propostas pela respectiva política brasileira, que norteia as ações relativas a essa área de segurança pública; competências que se refletiram nesses discentes, quando da elaboração de seus TCC.

Na coleta de dados foi feito um levantamento documental e bibliográfico, junto aos programas que regulam os respectivos cursos de pós-graduação *stricto sensu* no país. Que foram compilados, segundo Belchior Santos (2021).

Deveriam existir um total de sete programas de pós-graduação *stricto sensu* em proteção e defesa civil, no país, funcionando em rede, induzidos nas regiões: Sul, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Sudeste, da Universidade de São Paulo (UNESP) e da Universidade Federal Fluminense (UFF); Centro Oeste, da Universidade Federal de Goiás (UFG) e da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Nordeste, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); e no Norte, da Universidade federal do Pará (UFPA), traduzindo-se neste estudo, como o universo da pesquisa. Mas existiam somente 4 (quatro)

programas que estavam em funcionamento no Brasil, no período de 2005 a 2020 (BELCHIOR SANTOS, 2021).

Portanto, a amostra pesquisada foram os quatro programas que estavam em funcionamento no país. Onde se estabeleceram parâmetros qualitativos retirados dos bancos de dados formados pelos programas. Fundamentados nos objetivos, nas áreas de concentração, nas linhas de pesquisa, nos trabalhos de conclusão de curso (TCC) defendidos por ano, nos planejamentos de efetivação de cada programa, dentre outros dados, que direcionaram, ao pesquisador, à identificação das competências essenciais propostas e adquiridas, como se segue.

Caracterizaram-se, assim, da amostra a quantidade de trabalhos de conclusão (TCC) dos discentes, teses, dissertações ou outros, no período compreendido entre os anos de 2005 e 2020 com base naqueles que foram produzidos e defendidos, num total de 147 (cento e quarenta e sete), que se relacionaram com outros dados, disponibilizados nos sítios institucionais, das universidades em questão, UFF, UFPA, UFSC e UNESP em suas páginas na internet, segundo Belchior Santos (2021).

Para descobrir quais as competências que foram propostas junto aos programas de pós-graduação *stricto sensu* em proteção e defesa civil, dentro dos recortes temporal e geográfico determinados, foram estabelecidas, segundo Belchior Santos (2021) questões analíticas, para identificar as competências propostas nos programas de pós-graduação *stricto sensu* em proteção e defesa civil existentes no Brasil, no período compreendido entre 2005 e 2020. De forma que o caminho seguido para respondê-las, se deu nas respostas a questões específicas que mostraram:

- quais os objetivos do curso;
- como e quando se deu o início de funcionamento dos cursos no programa;
- qual a área de concentração e as linhas de pesquisa dos cursos em cada programa;
- como se dá o retorno social de cada curso no programa;
- quais são os requisitos necessários para pleitear a obtenção dos títulos de mestre ou doutor nos Programas;
- qual o número total de trabalhos de conclusão de curso (TCC) defendidos por ano e o total correspondente nos anos do recorte temporal da pesquisa;
- quais as datas dos primeiros TCC defendidos; e
- quais as competências identificadas nos programas.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) implementada pela Lei Federal nº 12.608 de 10 de abril de 2012 (BRASIL, 2012) aponta para ações em que os atores envolvidos deverão realizar, abordando o planejamento, a implementação, a execução e a fiscalização, ou seja, ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação de desastres, as quais deverão ser adotadas à proteção e

defesa civil, no território brasileiro, no intuito de minimizar e gerir riscos, durante a normalidade no pré-desastre; e reduzir ou evitar seus impactos à população, até o restabelecimento da normalidade (BELCHIOR SANTOS, 2021).

Foram considerados, de acordo com Belchior Santos (2021), os objetivos da PNPDEC, preconizados em seu artigo 5º, como as competências definidas na política, para que profissionais do campo ou área profissional da proteção e defesa civil brasileira exerçam com qualidade satisfatória suas atividades e procedimentos nas ações por ela recomendadas, as quais deverão estar propostas, inseridas nos programas universitários de pós-graduação *stricto sensu*, direcionados aos seus egressos, na sua atuação profissional.

Foram identificadas 15 (quinze) competências definidas na PNPDEC, apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Competências definidas identificadas na PNPDEC

VARIÁVEIS	COMPETÊNCIAS DEFINIDAS E IDENTIFICADAS SEGUNDO OS OBJETIVOS DA PNPDEC – LEI FEDERAL 12.608/2012
1	Competência para reduzir os riscos de desastres.
2	Competência para prestar socorro e assistência às populações atingidas por desastres.
3	Competência para recuperar as áreas afetadas por desastres.
4	Competência para incorporar a redução do risco de desastre e as ações de proteção e defesa civil entre os elementos da gestão territorial e do planejamento das políticas setoriais.
5	Competência para promover a continuidade das ações de proteção e defesa civil.
6	Competência para estimular o desenvolvimento de cidades resilientes e os processos sustentáveis de urbanização.
7	Competência para promover a identificação e avaliação das ameaças, suscetibilidades e vulnerabilidades a desastres, de modo a evitar ou reduzir sua ocorrência.
8	Competência para monitorar os eventos meteorológicos, hidrológicos, geológicos, biológicos, nucleares, químicos e outros potencialmente causadores de desastres.
9	Competência para produzir alertas antecipados sobre a possibilidade de ocorrência de desastres naturais.
10	Competência para estimular o ordenamento da ocupação do solo urbano e rural, tendo em vista sua conservação e a proteção da vegetação nativa, dos recursos hídricos e da vida humana.
11	Competência para combater a ocupação de áreas ambientalmente vulneráveis e de risco e promover a realocação da população residente nessas áreas.
12	Competência para estimular iniciativas que resultem na destinação de moradia em local seguro.
13	Competência para desenvolver consciência nacional acerca dos riscos de desastre.
14	Competência para orientar as comunidades a adotar comportamentos adequados de prevenção e de resposta em situação de desastre e promover a autoproteção.
15	Competência para integrar informações em sistema capaz de subsidiar os órgãos do SINPDEC na previsão e no controle dos efeitos negativos de eventos adversos sobre a população, os bens e serviços e o meio ambiente.

Fonte: Elaborado pelos Autores

Posteriormente, pela análise do conteúdo programático dos cursos *stricto sensu*, como disponibilizados em Belchior Santos (2021), obtiveram-se os resultados, traduzidos pelas respostas ao questionário, aplicado individualmente a cada programa, chegando à identificação das competências propostas nos programas, doravante denominados: Mestrado da UFF, Mestrado da UFPA, Mestrado da UFSC e Mestrado e Doutorado da UNESP, cujas competências propostas, constam elencadas no Quadro 2, como se segue.

Procedeu-se, então, à equivalência entre as competências que foram propostas, relativizando-as com as competências que foram exigidas e definidas na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), onde se verificou que das 15 (quinze) competências propostas pela PNPDEC, conforme dispostas na Quadro 2, somente 6 (seis) possuem equivalência junto aos 4 (quatro) programas; e 9 (nove) possuem equivalência parcial a esses programas.

Quadro 2– Equivalência Total e Equivalência Parcial entre os Programas dos Cursos de Mestrado e Doutorado e a PNPDEC em relação às competências.

VARIÁVEIS	PNPDEC	UFF	UFPA	UFSC	Unesp
1	Competência para reduzir os riscos de desastres	x	-	x	x
2	Competência para prestar socorro e assistência às populações atingidas por desastres	x	x	x	x
3	Competência para recuperar as áreas afetadas por desastres	x	-	-	-
4	Competência para incorporar a redução do risco de desastre e as ações de proteção e defesa civil entre os elementos da gestão territorial e do planejamento das políticas setoriais	x	x	x	x
5	Competência para promover a continuidade das ações de proteção e defesa civil	x	x	-	-
6	Competência para estimular o desenvolvimento de cidades resilientes e os processos sustentáveis de urbanização	x	-	-	x
7	Competência para promover a identificação e avaliação das ameaças, suscetibilidades e vulnerabilidades a desastres, de modo a evitar ou reduzir sua ocorrência	x	x	x	x
8	Competência para monitorar os eventos meteorológicos, hidrológicos, geológicos, biológicos, nucleares, químicos e outros potencialmente causadores de desastres	x	x	x	x
9	Competência para produzir alertas antecipados sobre a possibilidade de ocorrência de desastres naturais	-	x	x	x
10	Competência para estimular o ordenamento da ocupação do solo urbano e rural, tendo em vista sua conservação e a proteção da vegetação nativa, dos recursos hídricos e da vida humana	x	-	-	x
11	Competência para combater a ocupação de áreas ambientalmente vulneráveis e de risco e promover a realocação da população residente nessas áreas.	x	-	-	x
12	Competência para estimular iniciativas que resultem na destinação de moradia em local seguro	x	-	x	x
13	Competência para desenvolver consciência nacional acerca dos riscos de desastre	x	-	x	x

14	Competência para orientar as comunidades a adotar comportamentos adequados de prevenção e de resposta em situação de desastre e promover a autoproteção	x	x	x	x
15	Competência para integrar informações em sistema capaz de subsidiar os órgãos do SINPDEC na previsão e no controle dos efeitos negativos de eventos adversos sobre a população, os bens e serviços e o meio ambiente	x	x	x	x

A discussão referente às competências propostas em cada programa identificadas foi procedida com base nos levantamentos junto aos objetivos, às áreas de concentração, às linhas de pesquisa e aos pormenores do planejamento dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em proteção e defesa civil no Brasil, segundo Belchior Santos (2021).

6 CONCLUSÕES

Com o exposto mostrou-se a viabilidade de um novo método de avaliação dos Cursos de Pós-Graduação em Defesa Civil no Brasil que pode ser estendido para outros cursos seguindo a mesma metodologia.

REFERÊNCIAS

- BELCHIOR SANTOS, A. L. **Educação por competências nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* em proteção e defesa civil, existentes no Brasil entre 2005 e 2020.** Tese (Doutorado) – Faculdade Interamericana de Ciências Sociais, 2021.
- BRASIL. Lei nº 12608, de 10 de abril de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC**; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.. Brasília, DF, 10 abr. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112608.htm. Acesso em: 09 set. 2021.
- BRASIL. Parecer nº 977, de 03 de dezembro de 1965. **Definição dos Cursos de Pós-Graduação.** Brasília, 03 dez. 1965.
- CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 248 p.
- CURY, Antonio Carlos Hilsdorf. **Formação de competências no ensino superior: um estudo de caso nas instituições de ensino superior na cidade de Cascavel/pr.** 2006. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- JÚNIOR, Valdir Machado Valadão; RODRIGUES, Henrique Geraldo. **COMPETÊNCIAS NA PÓS-GRADUAÇÃO: o olhar dos egressos.** **Administração: Ensino e Pesquisa**, [S.L.], v. 13, n. 2, 30 jun. 2012. ANGRAD. <http://dx.doi.org/10.13058/raep.2012.v13n2.94>.
- KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada.** Curitiba: Intersaberes, 2014.
- KUZUYABU, Marina. **As origens do ensino por competências.** 2018. Disponível em: <https://revistaensinosuperior.com.br/experiencias-internacionais/>. Acesso em: 01 jun. 2021.
- MARCONI, M. de A. & Lakatos, E. M. **Metodologia do trabalho científico.** (7a. ed.). São Paulo: Atlas, 2013.
- PAIVA, Kely César Martins de; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. **Competências, gestão de competências e profissões: perspectivas de pesquisas.** **Revista de Administração Contemporânea**, [S.L.], v. 12, n. 2, p. 339-368, jun. 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1415-65552008000200004>.
- REDAÇÃO. **Por que se fala tanto em competências para a educação?** 2018. Disponível em: <https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/origem-das-competencias-para-a-educacao/>. Acesso em: 26 maio 2021.
- VARGAS, Katuscia Schiemer *et al.* **O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS A PARTIR DA PÓS-GRADUAÇÃO: uma análise em mestrados das áreas de ciências humanas e ciências sociais aplicadas.** **Desenvolve Revista de Gestão do Unilasalle**, [S.L.], v. 4, n. 2, p. 1-2, 6 jul. 2015. Centro Universitario La Salle - UNILASALLE. <http://dx.doi.org/10.18316/2316-5537.15.5>. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/desenvolve/article/view/1852>. Acesso em: 01 jun. 2021.